

ATAS

ATA Nº 2

Aos dezoito dias de dezembro de dois mil e vinte e cinco, reuniu-se pelas 18h30, em sessão ordinária, a Assembleia de Freguesia da União das Freguesias de Lordelo do Ouro e Massarelos, nas instalações da Junta, sita na Rua do Campo Alegre, nº 244.

Membros Eleitos da Assembleia de Freguesia presentes na Sessão:

Carla Sofia da Silva Soares Maia (PS); Francisco José Fonseca Lima A. Tártaro (PPD/PSD); Luís Filipe da Silva Pereira (CDS); Maria Dulce Enes Guimarães Flores dos Santos (PPD/PSD); José Filipe Gonçalves Maia (PPD/PSD); Maria Teresa de Mesquita Guimarães Osswald (PPD/PSD); Miguel Nuno Costa Henriques Bigotte Chorão (PPD/PSD); Sandra de Castro Vilela de Brito (PPD/PSD); Erick Emiliano de Lima (IL); Cândida Paula Oliveira Freitas da Silva Roseira (PS); Filipe Alexandre Matos Amaral Antunes (PS); Albina Fernanda Monteiro Pacheco (PS); Ema Gabriela Barcelos (PS); José António da Silva Barradas (PS); Frederico de Gusmão Calheiros Nunes da Silva (CHEGA); António José Afonso Valverde (L); Olga Fernanda Cardinal Cardoso (CDU); Rui Miguel Pereira Prata Carrapa (FA); Inês Branco Vasco de Castro Pereira (PPD/PSD); Erick Emiliano de Lima (IL) em substituição de Joana Filipa da Silva e Sousa (IL); Ema Gabriela Barcelos (PS) em substituição de Octávio José Bento Gonçalves (PS).

Verificando-se a existência de quórum, a Presidente da Assembleia de Freguesia, declarou aberta a Sessão, ficando constituída a mesa da Assembleia com os membros: Presidente - Carla Sofia da Silva Soares Maia (PS); 1º Secretário - Francisco José Fonseca Lima A. Tártaro (PPD/PSD); 2º Secretário - Luís Filipe da Silva Pereira (CDS).

Presenças Associativas:

Associação do Bairro das Condominhas, Associação de Moradores do Bairro Dr. Nuno Pinheiro Torres

Sofia Maia, Presidente da Assembleia de Freguesia, deu início à Assembleia de Freguesia ordinária. Pedindo ao 1º Secretário para ser lida a carta de renúncia do deputado José Francisco Correia Narciso de Lemos Pavão (PPD/PSD).

Sofia Maia, Presidente da Assembleia de Freguesia, expressou satisfação pela elevada participação do público, desejando que esta prática se mantenha. Informou que a Mesa se reuniu anteriormente com os líderes dos partidos para definir o local e a hora das Assembleias, tendo sido decidido por unanimidade que a sessão de hoje ocorreria neste local e neste horário, e que a próxima Assembleia será em Lordelo do Ouro, às 21h. Esclareceu que futuras decisões sobre local e horário serão articuladas com o Presidente da Junta e discutidas com os líderes de bancada, visando consenso. Quanto a moções e propostas de recomendação, comunicou que foram recebidas propostas da bancada da CDU e apelou para que futuras submissões sejam enviadas com pelo menos 48 horas de antecedência.

- INTERVENÇÃO DO PÚBLICO -

art.º 27.º do Regimento

João Brito, freguês, interveio em nome próprio, apesar de ser membro da Associação de Moradores do Bairro das Condominhas, por não se fazer acompanhar das respetivas credenciais. Referiu que, há vários anos, os moradores têm alertado a EDP Distribuição, atualmente, E-Redes para a falta de fiabilidade da rede elétrica de baixa tensão do bairro, cuja infraestrutura data dos anos 30 e apresenta cabos com isolamento completamente degradado. Explicou que as interrupções de fornecimento de energia são recorrentes, sobretudo em períodos de chuva, devido à queima frequente de fusíveis no posto de transformação, com tempos de reposição que variam entre cerca de 2 horas e mais de 12 horas. Mais recentemente, as falhas têm ocorrido também no verão, em resultado de sobrecarga da rede. Referiu a apresentação de várias reclamações individuais, nomeadamente em dezembro de 2019 e março de 2022, após múltiplas interrupções prolongadas, incluindo situações de tensão elétrica inferior à regulamentar (170 V), que inviabilizaram o funcionamento de equipamentos. As respostas das entidades limitaram-se a comunicações genéricas, sem resolver o problema estrutural. Indicou que, nos últimos dois anos, se registaram pelo menos 21 interrupções de energia, mantendo-se a situação de rutura, com a última a 15 de dezembro. Desde abril do corrente ano, a Associação de Moradores tem reportado as falhas à União das Freguesias, às Águas e Energia do Porto e à E-Redes, tendo esta última informado, em julho, estar a preparar um programa de renovação da rede, ainda não concretizado. Desde então, ocorreram mais nove interrupções. Acrescentou que foram apresentadas novas reclamações ao Provedor da E-Redes e à ERSE, sem resposta até à data, e criticou a falta de intervenção efetiva ao longo de seis anos. Referiu ainda que intervenções recentes no bairro consistiram apenas em reparações provisórias, que, segundo os próprios técnicos, não resolvem o problema. Sublinhou que o bairro está classificado como zona de qualidade de serviço A, nos termos do Regulamento de Qualidade de Serviço da ERSE, o que não se reflete na realidade vivida pelos moradores, destacando o impacto negativo, em especial, na população idosa e com mobilidade reduzida. Concluiu apelando à Junta de Freguesia para que exerça pressão junto das entidades competentes, no sentido de a E-Redes avançar com a obra de renovação da rede elétrica, aguardada há vários anos.

Sofia Maia, Presidente da Assembleia de Freguesia, em relação ao tema anterior e devido às suas funções neste momento, informa que não deve, nem poderá, falar, mas diz que, se ficar no fim, a própria e o seu colega, engenheiro José Barradas, poderão falar com o freguês, uma vez que este executivo está aqui há pouco tempo, porque já existe e foi dada uma resposta sobre esta situação. Situação esta que é técnica, não é da Junta, nem é da Câmara. Dá nota da chegada do membro Teresa Osswald, ficando assim 18 membros da Assembleia de Freguesia. Passando-se ao período antes da ordem do dia, fazendo a ressalva que este período deverá ter a duração máxima de 45 minutos, uma vez que são 8 bancadas, apela a que as intervenções sejam sucintas. Passa a palavra à Deputada Olga Cardoso (CDU), para apresentar as moções/propostas enviadas, informando que a deputada propôs apresentar todas seguidas, para poupar-se tempo, questionou se alguém se oponha ninguém se opôs.

- PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA –

art.º 28.º do Regimento

APRESENTAÇÃO DE PROPOSTAS DE VOTOS, DE MOCÕES OU DE RECOMENDAÇÕES

Olga Cardoso, CDU, Proposta de Recomendação Colónia de Viterbo Campos: foi dada nota da interrupção da empreitada de reabilitação de nove habitações municipais, iniciada em setembro de 2023, após alegado abandono do empreiteiro. As obras deixaram as habitações desprotegidas, causando prejuízos nas casas vizinhas. Foi recomendada a intervenção da Câmara Municipal do Porto para adoção de medidas urgentes de proteção e conclusão das obras. Proposta de Recomendação Ringue da Associação de Moradores da Zona do Campo Alegre: foi referido que o ringue se encontra inutilizado devido à não conclusão das obras, nomeadamente iluminação e instalações sanitárias. Foi recomendada a revisão do caderno de encargos e a conclusão urgente da empreitada, permitindo a utilização do equipamento pela comunidade. Proposta de Recomendação Rua de Entre Quintas: foi assinalado que a atual sinalização de proibição de paragem e estacionamento tem causado dificuldades aos moradores. Foi recomendada a procura de uma solução equilibrada que compatibilize as regras de trânsito com as necessidades da população residente. Proposta de Recomendação Calçada da Boa Viagem (Rampa): foi denunciado o estado de degradação da rampa de acesso, agravado por obras na zona envolvente, representando risco para a segurança. Foi recomendada a solicitação à Câmara Municipal do Porto de uma intervenção imediata para recuperação da via. Proposta de Moção Porto Canal: foi apresentada moção contra a alteração da licença do Porto Canal para canal temático desportivo, defendendo a manutenção do seu carácter de canal generalista regional, pelo seu papel informativo e relevância para a cidade do Porto e a região Norte.

Miguel Guimarães, Vogal do Executivo, referiu que, relativamente aos ringues, considera essencial que futuras propostas sejam previamente articuladas com as pessoas que acompanharam o processo, salientando que nunca foi consultado. Esclareceu que o processo teve diferentes fases, tendo a Câmara Municipal do Porto inicialmente assumido a requalificação de alguns ringues, entregando posteriormente às juntas de freguesia a responsabilidade pela execução das obras, mediante atribuição de verba. Nunca esteve prevista a requalificação dos balneários nem a substituição da iluminação. Referiu que, apesar das limitações, a Junta realizou intervenções em dois ringues (Pinheiro Torres e Associação de Moradores do Campo Alegre), num esforço significativo, incluindo a contratação de fiscalização de obra. As intervenções efetuadas corresponderam exclusivamente às verbas atribuídas. Acrescentou que foi ainda possível assegurar, a custo zero, a deslocação da caldeira dos balneários para o exterior, por razões de segurança. Concluiu que a situação atual é preferível ao estado de abandono anterior e que eventuais melhorias adicionais poderão ser candidatas ao Fundo de Apoio ao Associativismo ou ao Orçamento Colaborativo.

Teresa Osswald, PPD/PSD, afirmou que não comentaria as moções por ordem. Sobre a Moção n.º 2 (ringue), referiu que o assunto já foi tratado, o caderno de encargos foi aprovado, as justificações prestadas e a verba era a possível, não compreendendo a recomendação, anunciando voto contra. Relativamente à recomendação n.º 5 (Porto Canal), considerou não haver fundamento, por se tratar de um canal privado do FC Porto, cujas alterações foram aprovadas pela entidade reguladora da comunicação social, não sendo matéria da

competência da Assembleia de Freguesia, informando igualmente o voto contra. Quanto à Proposta de Recomendação sobre a Colónia Viterbo Campos, concordou com a necessidade de resolução do problema, mas questionou se a situação foi previamente comunicada pelos meios habituais junto da Junta ou do executivo, sublinhando a importância de utilizar esses canais. Por fim, relativamente às Moções números 3 (sinalização na Rua de Entre Quintas) e 4 (rampa no Bairro da Calçada da Boa Viagem), concordou com a necessidade de resolver as situações, solicitando esclarecimentos sobre a existência de tentativas prévias de resolução antes da apresentação das moções.

Filipe Antunes, PS, informou que a bancada votará a favor da proposta de recomendação relativa à Colónia de Viterbo Campos, por considerar necessária a intervenção da Câmara Municipal do Porto face ao atraso da obra e aos danos identificados nas habitações adjacentes. Relativamente à conclusão do ringue, o Partido Socialista votará contra, tendo em conta os fundamentos apresentados pelo Dr. Miguel Guimarães. Quanto à proposta n.º 4, Intervenção da Rampa da Calçada da Boa Viagem, o Partido Socialista votará a favor, salientando a importância da acessibilidade, sobretudo para a população mais envelhecida. No que respeita ao ponto 5, sobre a alteração do Porto Canal para canal especialista desportivo, foi manifestada preocupação quanto à perda de um canal de informação generalista relevante para a população.

José Barradas, PS interveio relativamente à moção n.º 3 (sinalização na Rua de Entre Quintas), referindo que, em matéria de trânsito e sinalização, devem ser cumpridas as leis e regulamentos em vigor, sendo necessário que as recomendações sejam claras. Salientou que a recomendação em causa apenas solicita que a Junta providencie uma solução adequada. Referiu que a rua é estreita, com cerca de cinco metros de largura, servindo essencialmente moradores e o acesso ao Museu Romântico. Recordou que a regulamentação técnica de segurança exige uma largura mínima de 3,5 metros para a passagem de viaturas de socorro, sendo que, considerando a largura média das viaturas atuais, a circulação poderá ficar comprometida em situações de emergência. Alertou que a colocação de sinalização de cargas e descargas poderá permitir a paragem de veículos pesados, impedindo totalmente a passagem de viaturas de emergência. Pode ponderar-se, uma solução adequada, como um sinal que permita parar para cargas e descargas apenas para residentes. Defendeu, por isso, que qualquer solução deve acautelar estas questões. Concluiu que, caso a recomendação seja retificada nesse sentido, a bancada votará favoravelmente.

Frederico Nunes da Silva, CH, interveio no âmbito da discussão do Orçamento, referindo que, apesar de reconhecer as atenuantes decorrentes da transição de executivo, considera manifestamente insuficiente o prazo para análise dos documentos, uma vez que o orçamento, com cerca de 150 páginas, foi enviado apenas 72 horas antes da Assembleia de Freguesia. Sublinhou que, do ponto de vista prático, tal prazo inviabiliza uma análise cuidada, a apresentação fundamentada de propostas e o exercício efetivo da fiscalização, tendo em conta que os membros da Assembleia não são profissionais da política. Referiu ainda que, no âmbito do direito da oposição, solicitou uma reunião com o executivo, não tendo obtido resposta.

Sofia Maia, Presidente da Assembleia de Freguesia, esclareceu que os prazos legais e regimentais foram cumpridos, tendo o orçamento e o plano de atividades sido enviados na

segunda-feira anterior à realização da Assembleia, e que as 48 horas referidas se aplicam apenas à apresentação de propostas e recomendações das bancadas. Salientou que a mesa da Assembleia recebeu a documentação em simultâneo com os restantes membros, garantindo a igualdade de acesso à informação, e que não houve qualquer incumprimento legal, no que toca a prazos.

Frederico Nunes da Silva, CH, agradeceu os esclarecimentos, reiterando, contudo, que, apesar do cumprimento formal da lei, os prazos são, na prática, insuficientes para uma análise rigorosa e para o adequado exercício da fiscalização por parte da oposição.

Pedro Teichgräber, Presidente da Junta, informou que o Executivo não se apercebeu do pedido referido. Referiu que o orçamento foi entregue dentro do prazo legal, não tendo sido possível fazê-lo mais cedo, atendendo à tomada de posse ocorrida a 30 de outubro e às formalidades necessárias. Acrescentou que o documento foi elaborado em tempo recorde, com o apoio do Dr. Nelson Trindade (contabilista) e de todo o Executivo. Esclareceu que, ao abrigo do Estatuto do Direito de Oposição, foi solicitado contributo escrito a todas as bancadas, tendo sido analisadas e incluídas as propostas consideradas viáveis. Referiu ainda que foram auscultados os funcionários e o staff da Junta, no âmbito da modernização administrativa e funcionamento dos serviços. Reconheceu que, de forma excecional, não foi possível reunir com todos os interessados devido ao volume de trabalho, nomeadamente a elaboração do orçamento e a preparação das eleições presidenciais, reforçando, contudo, a política de portas abertas do Executivo. Relativamente às questões levantadas pela Dra. Olga Cardoso, esclareceu que a Junta tem dado resposta a todos os reportes recebidos e que, caso os referidos pedidos tivessem dado entrada, teriam sido encaminhados e respondidos, mesmo que apenas em termos técnicos. Informou ainda que o último registo existente relativo à Rua de Entre Quintas data de 2016, relativamente a um corte de trânsito. Por fim, referiu que todas as comunicações têm sido tratadas, destacando o Vogal do Executivo, Luís Nascimento, como contacto habitual, e concluiu que, se os assuntos das moções tivessem sido rececionados pelo Executivo, já se encontrariam em tramitação e com feedback prestado.

Olga Cardoso, CDU, referiu que as moções e propostas foram apresentadas à Câmara Municipal, nomeadamente o sinal e a rampa, solicitando que a Junta de Freguesia exerça pressão junto da Câmara para a resolução dessas situações, face à falta de resposta até ao momento. Relativamente às casas da Viterbo Campos, informou que a obra se encontra abandonada desde junho, existindo reclamações junto da Domus Social, incluindo a ocorrência recente de uma inundação, defendendo a necessidade de contactos com a Câmara e com a Domus Social para resolução do problema. Quanto ao ringue, esclareceu que o orçamento não contemplava iluminação nem instalações sanitárias, embora a população tivesse a expectativa de que essas intervenções fossem realizadas, referindo a necessidade de procurar uma solução, eventualmente através da revisão do caderno de encargos. Sobre a proposta relativa ao Porto Canal, manifestou preocupação com a redução da informação local e regional, salientando a importância do canal para a cidade do Porto e defendendo a realização de diligências no sentido da sua manutenção. Relativamente ao sinal de cargas e descargas, referiu que já foram efetuados vários pedidos à Câmara, sem resolução até à data. Considerou a proposta (cargas e descargas para residentes) uma boa ideia. Por fim, informou que a Proposta de Recomendação relativa à sinalização na Rua de Entre Quintas será retirada para posterior reapresentação com as devidas correções.

Teresa Osswald, PSD, reforça que a bancada da CDU apresentou moções sobre situações que poderiam ter sido tratadas através dos mecanismos próprios junto da junta, o que não aconteceu. Assim, o PSD votará contra as moções, não por discordar do seu conteúdo, mas por entender que as regras e os procedimentos existentes devem ser cumpridos. Defende que, havendo meios adequados para tratar estas questões, estes devem ser utilizados atempadamente, não sendo apropriado recorrer posteriormente a moções. Acrescenta que, embora também integrem a Assembleia Municipal, não utilizam automaticamente as moções desse órgão na Assembleia de Freguesia, apenas o fazendo quando tal se justifica.

Frederico Nunes da Silva, CH, relativamente ao primeiro ponto, está esclarecido. No que toca ao direito de oposição, frisou a importância de atuação conjunta, mencionando que algumas propostas foram apresentadas e o processo funcionou muito bem. Confirmou também o envio do e-mail solicitando reunião para análise dos contributos, enviado dia 16/11.

Olga Cardoso, CDU, a proposta de moção em relação ao Porto Canal vai ser apresentada na Câmara, amanhã. E todas as outras tiveram sempre a sua tentativa de solução através da Câmara com a ajuda da CDU.

Pedro Teichgräber, Presidente da Junta, respondendo ao deputado Frederico Nunes da Silva, referiu que, efetivamente, o pedido de reunião pode ter escapado no meio do corpo do e-mail, uma vez que acabou por se focar mais nos anexos. Assumiu, desde já, mea culpa, esclarecendo que tal não ocorreu por discriminação ou exclusão.

Sofia Maia, Presidente da Assembleia de Freguesia, colocou à votação 4 das 5 propostas apresentadas pela bancada da CDU, uma vez que a Proposta de Recomendação Sinalização na Rua de Entre Quintas foi retirada.

1. Proposta de Recomendação Colónia de Viterbo Campos

Deliberação: Aprovada por maioria, com 9 votos a favor (PS: 6; CDU: 1; L: 1; CH: 1), 1 abstenção (FA) e 8 votos contra (PSD: 6; CDS: 1; IL: 1).

2. Proposta de Recomendação Ringue Associação de Moradores da Zona do Campo Alegre

Deliberação: Rejeitada por maioria, com 16 votos contra (PS: 6; PSD: 6; IL: 1; CDS: 1; CH: 1; FA: 1) e 2 votos a favor (CDU: 1; L: 1).

3. Proposta/Recomendação Calçada da Boa Viagem – Rampa

Deliberação: Não aprovada, com empate de votos: 8 contra (IL: 1; CDS: 1; PSD: 6) e 8 a favor (L: 1; CH: 1; CDU: 1; PS: 5), registando-se ainda 2 abstenções (PS — Sra. Presidente da Assembleia de Freguesia: 1; FA: 1).

Conforme Artigo 43º (Maioria) do Regimento da Assembleia de Freguesia: *As declarações são tomadas à pluralidade de votos, com a presença da maioria do número legal Membros da Assembleia, tendo o Presidente voto de qualidade em caso de empate e não contando as abstenções para apuramento da maioria.* Assim, caso a Senhora Presidente não se tivesse absterido e tivesse exercido o seu sentido de voto, tal circunstância poderia ter conduzido a um resultado diferente.

4. Proposta de Moção – Porto Canal

Deliberação: Rejeitada por maioria, com 9 votos contra (PSD: 6; CDS: 1; IL: 1; FA: 1), 8 votos a favor (PS: 6; L: 1; CDU: 1) e 1 abstenção (CH: 1).

- PERÍODO DA ORDEM DO DIA – art.º 29.º do Regimento

Ponto 1 – Tomada de Posse de Membro de Assembleia de Freguesia

Sofia Maia, Presidente da Assembleia de Freguesia, informou os presentes sobre a renúncia ao mandato apresentada por José Francisco Correia Narciso de Lemos Pavão (o segundo secretário procedeu à respetiva leitura) e, nos termos do nº 1, do artigo 10º do Regimento, Inês Branco Vasco de Castro Pereira, Membro seguinte da lista de candidatos apresentados pelo partido PSD, foi instalada como Membro da Assembleia de Freguesia de Lordelo do Ouro e Massarelos.

Ponto 2 – Eleição do Vogal da Junta de Freguesia, mediante proposta do Presidente da Junta

Francisco Tártaro, Primeiro Secretário, passa à leitura da renúncia apresentada por Maria Gabriela Escobar Rodrigues Marques como membro do Executivo e da Assembleia de Freguesia

Pedro Teichgräber, Presidente da Junta, passa à leitura da proposta para membro do Executivo, Inês Branco Vasco de Castro Pereira.

Sofia Maia, Presidente da Assembleia de Freguesia, colocou à eleição para membro do Executivo, Inês Branco Vasco de Castro Pereira, por voto secreto. Terminado o escrutínio, informou o resultado da eleição:

Favor - 17

Abstenções – 2

Ponto 3 – Tomada de Posse de Membro de Assembleia de Freguesia

Sofia Maia, Presidente da Assembleia de Freguesia, informou que este ponto dizia respeito à tomada de posse de Ana Cristina Lacerda Almas, em substituição da membro da Assembleia de Freguesia Inês Branco Vasco de Castro Pereira. Contudo, a mesma comunicou que não poderia estar presente por motivos pessoais (Francisco Tártaro, Primeiro Secretário, passou à leitura da justificação da ausência), não foi possível proceder à sua substituição na sessão de hoje, uma vez que a mesma ainda não tomou posse. Deste modo, nas votações que decorrerão ao longo da presente sessão, o número de votos será de 18.

Ponto 4 – Apreciação e Votação das grandes opções do plano e orçamento para 2026

Pedro Teichgräber, Presidente da Junta, referiu que o presente ano marca o início de um novo ciclo autárquico, sendo este o primeiro orçamento do novo Executivo, que tomou posse há cerca de um mês e meio. Sublinhou que se trata de um ano de transição responsável, com o objetivo de assegurar a continuidade dos serviços públicos essenciais e a estabilidade financeira da Junta de Freguesia, assumindo um compromisso com uma governação próxima, transparente e financeiramente responsável. Em termos de prioridades estratégicas, sublinhou a ação social e a coesão comunitária, áreas que representam uma parte significativa do orçamento e que servirão para apoio às famílias, auxílio social e iniciativas destinadas à população sénior, sobretudo àqueles que se encontram em situação de maior vulnerabilidade. Do ponto de vista da educação, juventude e envelhecimento ativo, pretende-se valorizar respostas educativas, culturais e intergeracionais, bem como alargar a oferta existente. Ao nível da cultura, do desporto e do associativismo, pretende-se continuar a apoiar o movimento associativo e as instituições da freguesia, dinamizando a vida comunitária e proporcionando atividade desportiva aos jovens. Será mantido o apoio à atividade desportiva nas escolas, incluindo fora do período letivo, bem como o reforço de valências dirigidas à população sénior, que já participa em iniciativas de carácter desportivo, como natação, hidroginástica e dança, prevendo-se ainda a criação de novas ofertas. No que respeita ao espaço público, equipamentos públicos e à qualidade urbana, salientou a importância da manutenção dos espaços e equipamentos públicos, bem como do acompanhamento das intervenções da responsabilidade da autarquia, atendendo à sua relação com a segurança e à perceção de segurança. Foi referido, com agrado, que já se iniciaram algumas obras na freguesia, mesmo antes da apresentação do presente Plano de Atividades, nomeadamente, no bairro de Bessa Leite e em Pinheiro de Torres prevê-se que venham a iniciar-se em breve. No que respeita à modernização administrativa, foi sublinhado que esta é fundamental para o bom funcionamento da Junta, pretendendo-se melhorar os serviços, garantir a proximidade com todos os fregueses e assegurar uma resposta eficiente a todos os que se deslocam à Junta de Freguesia para qualquer serviço ou necessidade. Relativamente à organização do mapa de pessoal, foi referida a intenção de criar uma estrutura adequada às competências e ao aumento das exigências dos serviços prestados, prevendo-se um reforço operacional em áreas essenciais. Foi ainda reafirmado o compromisso com o cumprimento integral da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, que contempla um planeamento de recrutamentos faseado e controlado. Mais especificamente, o planeamento prevê a contratação de dois técnicos superiores, um assistente técnico e um assistente operacional, tendo em consideração possíveis saídas por efeito de reforma no próximo ano, bem como a necessidade de assegurar internamente

determinados serviços, designadamente nas áreas jurídica e de contabilidade, de modo a prestar apoio ao Executivo e aos serviços da Junta de Freguesia. Por fim, foi referido que o mapa de pessoal acompanha o orçamento apresentado, assegurando a coerência entre os recursos humanos e a capacidade financeira da Junta de Freguesia.

Sara Montenegro, Tesoureira da Junta, apresentou à Assembleia a proposta de Orçamento da Freguesia para o ano de 2026, tratando-se do primeiro orçamento do atual mandato. Referiu que a sua apresentação atempada resulta de um esforço deliberado do Executivo, considerando essencial a aprovação célere do orçamento para permitir a execução do Plano de Atividades desde o início do exercício. Sublinhou que o orçamento foi elaborado cerca de um mês após a tomada de posse do Executivo, num contexto de transição e exigente, refletindo já as principais opções estratégicas e prioridades políticas assumidas, num quadro de responsabilidade financeira, realismo orçamental e respeito pelas regras de gestão pública e local. Referiu que o Orçamento para 2026 é equilibrado, prudente e responsável, assente em três princípios fundamentais: responsabilidade financeira, proximidade e coesão social e modernização com eficiência administrativa. Destacou que o documento assegura o equilíbrio orçamental e a sustentabilidade financeira da freguesia, reforça o apoio às famílias, às pessoas em situação de maior vulnerabilidade e às associações e instituições locais, e aposta na melhoria dos serviços e na eficiência da organização interna. Do ponto de vista estrutural, o orçamento é acompanhado pelas Grandes Opções do Plano, que definem a missão e os objetivos estratégicos da freguesia, fixando o Orçamento a previsão da receita exequível e os limites máximos da despesa. Em termos globais, o Orçamento para 2026 apresenta um montante aproximado de 1,72 milhões de euros, constituído integralmente por receita corrente, registando um acréscimo moderado face a 2025, refletindo uma gestão prudente e sustentada. As transferências públicas mantêm-se como a principal fonte de financiamento. Por fim, a Tesoureira reafirmou o compromisso do Executivo com uma execução orçamental disciplinada, a prestação regular de contas à Assembleia de Freguesia e a possibilidade de ajustamentos ao longo do ano, nos termos legais.

Nelson Trindade, Técnico Oficial de Contas, informou que o orçamento se mantém estruturado por unidades orgânicas, estando essa opção ainda em análise, e solicitou o feedback dos membros quanto à utilidade dessa forma de apresentação. Referiu que, em termos globais, o orçamento apresenta uma redução nominal de 7,44%, correspondente a menos 138 mil euros, valor que resulta da inscrição, no exercício anterior, de uma verba extraordinária destinada aos ringues, o que desvirtua a comparação entre exercícios. Esclareceu que, em termos reais, o orçamento evidencia um crescimento de 0,52%, registando-se igualmente um aumento da receita corrente de 8.882 euros. Explicou a estrutura dos documentos orçamentais distribuídos, nomeadamente as Grandes Opções do Plano, as Normas de Execução Orçamental, o orçamento na vertente económica, com discriminação da receita e da despesa, bem como, pela primeira vez, as demonstrações financeiras previsionais, incluindo a projeção do balanço, para além da comparação entre os exercícios de 2026 e 2025, salientando que a maioria do orçamento corresponde a transferências correntes. No que respeita às receitas, identificou como principais fontes a DGAL, os municípios, a Segurança Social e outras receitas provenientes de impostos, taxas e prestação de serviços. Relativamente à despesa, destacou que 99% corresponde a despesas correntes, fortemente influenciadas pelas despesas com pessoal, que representam cerca de 45% do total, seguindo-se a aquisição de bens e serviços. Indicou ainda que as áreas social, cultural, desportiva e educacional representam aproximadamente 53% do

orçamento, incluindo as despesas associadas aos centros sociais, os quais correspondem a 12,25% do total, contando com apoio financeiro da Segurança Social. Concluiu referindo que foi um esforço significativo deste executivo manter a totalidade das atividades projetadas, praticamente com a mesma receita, apesar do impacto do aumento do salário mínimo nas despesas com pessoal, colocando-se, por fim, à disposição para prestar os esclarecimentos necessários.

Paula Roseira, PS, saudou o Executivo, em nome do Partido Socialista, pela apresentação do Orçamento e Relatório de Atividades para o ano de 2026, reconhecendo o esforço inerente à elaboração do primeiro documento financeiro do mandato. Referiu que o documento apresentado reflete, em grande medida, uma linha de continuidade relativamente ao Executivo anterior, garantindo estabilidade neste início de mandato. Sublinhou, no entanto, que o Orçamento e o Plano de Atividades não correspondem ao projeto do Partido Socialista, pelo que o Grupo do PS opta por uma abstenção responsável. Aproveita o momento para sublinhar uma oportunidade política clara para o Partido Socialista: a valorização das associações que são a verdadeira alma da freguesia e um pilar essencial da coesão social, cultural e desportiva. Nesse sentido, a bancada, entende que a Junta de Freguesia deve assumir um papel mais ativo junto do executivo da Câmara Municipal, intercedendo para que as associações ligadas à administração social possam dispor de um interlocutor direto na Domus Social. Da mesma forma, defendem que as restantes associações da economia social devem ter um interlocutor privilegiado no executivo da Câmara, garantindo proximidade, articulação e eficazes respostas mais céleres às suas necessidades. Concluiu afirmando que o Partido Socialista manterá uma postura construtiva e disponível para contribuir com propostas que promovam a participação, a justiça social e o desenvolvimento equilibrado da freguesia.

António Valverde, Livre, agradeceu o esforço na apresentação do orçamento em tempo recorde e reconheceu a inclusão de várias propostas recebidas. Colocou dois pedidos de esclarecimento. O primeiro incidiu sobre o que entende ser a ausência de dotação orçamental para a rubrica “Requalificação e Dinamização do Parque da Pasteleira”, mencionada na página 27, solicitando esclarecimentos sobre o significado da requalificação e as eventuais intervenções planeadas e onde se encontra refletida a respetiva dotação. O segundo pedido prendeu-se com a distinção entre os pontos 6 e 7 da rubrica “Habitação e Segurança”, relativos a sugestões sobre mobilidade, trânsito e estacionamento, questionando quais as diferenças entre ambos e as áreas prioritárias de execução.

Olga Cardoso, CDU, felicitou a elaboração do orçamento dentro do prazo e agradeceu a inclusão de algumas sugestões da CDU. Informou que a posição da CDU será de abstenção, mas reafirmou a disponibilidade para apoiar iniciativas que beneficiem a população e os fregueses.

José Barradas, PS, solicitou esclarecimento sobre se, no orçamento, já está contemplada a contratação dos dois técnicos superiores.

Pedro Teichgräber, Presidente da Junta, respondeu à questão referente a dois técnicos superiores. Esclareceu que a situação de um dos técnicos decorre da saída de uma Técnica Superior, enquanto a do outro está relacionada com a redução de despesa, nomeadamente em contratação externa e serviços de contabilidade. Referiu que despesas de investimento

estas decorrem do saldo de gerência, caso as obras venham a ser realizadas. Destacou ainda a intenção de concorrer a fundos europeus, visando a valorização de espaços públicos, como a Pasteleira e a Casa de Chá, atualmente ocupada. Apresentou propostas para a utilização dos espaços, incluindo a criação de uma cooperativa artística. Durante a campanha, identificou-se a necessidade de um local onde um artesão, que já gere uma cooperativa, pudesse armazenar materiais e desenvolver atividades para diferentes faixas etárias. Um exemplo concreto são os instrumentos musicais de madeira, como violinos, que ocasionalmente podem ser ouvidos na Rua da Arrábida. Ressaltou a importância de reocupar e revitalizar espaços públicos atualmente abandonados, promovendo vida e movimento na comunidade. Sobre mobilidade, trânsito e estacionamento, assinalou problemas em zonas residenciais, como Lordelo e Bessa Leite, e a necessidade de criar mais parques para residentes. Reforçou a importância de melhor articulação entre organismos envolvidos nas obras, garantindo previsibilidade e segurança, como, por exemplo, na Via Panorâmica, afetada por estrangulamentos que dificultam a passagem de ambulâncias, entre outros. Por fim, destacou a necessidade de minimizar impactos das obras sobre moradores, trabalhadores e visitantes, reconhecendo que a cidade se encontra em constante desenvolvimento.

António Valverde, Livre, agradeceu os esclarecimentos prestados e reiterou que a sua intervenção não tem como objetivo colocar em causa o Presidente ou a Junta, mas decorre da sua perceção do Presidente enquanto representante junto da Câmara Municipal e da respetiva Assembleia Municipal. Reconheceu que o Plano e Orçamento para 2026 incorporam alguma preocupação social e acolhem parcialmente propostas do Livre, mas apontou limitações estruturais que comprometem a resposta aos desafios da União de Freguesias. Destacou a valorização dos espaços verdes e do Parque da Pasteleira, a reabilitação das Ribeiras e as hortas comunitárias como pontos relevantes que não estão refletidos em investimentos concretos. Referiu que a abordagem à habitação é genérica, omitindo pontos críticos como os terrenos do antigo Aleixo e o quartel de manutenção militar, sem soluções para habitação acessível, e que novos empreendimentos poderão agravar a segregação nos bairros de Lordelo e Pinheiro Torres. Salientou também a ausência de políticas para pessoas em situação de sem-abrigo e a falta de compromissos para melhoria da mobilidade e estacionamento em eixos importantes, incluindo situações críticas para passagem de ambulâncias. Concluiu que, por estas razões, o Plano e Orçamento não respondem de forma consistente às prioridades sociais, ambientais e de mobilidade da freguesia, e anunciou que o Livre votará contra.

Frederico Nunes da Silva, CHEGA, quis apresentar uma nota breve sobre o sentido de voto. Referiu que existe uma questão que lhe causa alguma confusão: a percentagem de gastos com pessoal, que considera que se apresenta acima da média nacional. No geral, considerou que a maior parte das rubricas parece equilibrada. Agradeceu, igualmente, a inclusão de algumas propostas apresentadas que a sua bancada exerceu no Direito de Oposição. Tendo em conta todos estes fatores, e não sendo o orçamento do seu partido, indicou que o sentido de voto será o da abstenção.

Sofia Maia, Presidente da Assembleia de Freguesia, colocou a votação o ponto número quatro.

Deliberação: Aprovado, com 10 votos a favor (PS: 1; PSD: 6; IL: 1; CDS: 1; FA: 1), 7 abstenções (PS: 5; CDU: 1; CH: 1) e um voto contra (L: 1).

António Valverde, Livre, apresentou a sua declaração de voto.

Ponto 5 – Apreciação e Votação do mapa de pessoal para 2026

Sofia Maia, Presidente da Assembleia de Freguesia, colocou a votação o ponto número cinco.

Deliberação: Aprovado por maioria, com 17 votos a favor (PSD: 6; PS: 5; IL: 1; CDS: 1; CDU: 1; CH: 1; L: 1; FA: 1) 1 abstenção (PS: 1).

José Barradas, PS, informa que entregará declaração de voto.

Ponto 6 – Apreciação da Informação escrita do Presidente da Junta de Freguesia acerca da atividade deste e da situação financeira da freguesia nos termos da alínea e) e do nº 2 do artigo 9º da lei 75/2013 de 12 setembro, relativa aos meses de novembro e dezembro de 2025.

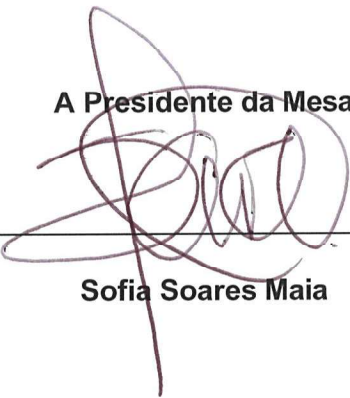
Pedro Teichgräber, Presidente da Junta de Freguesia, apresentou um balanço das atividades relativas ao mês de novembro e à primeira quinzena de dezembro, salientando que algumas iniciativas não foram ainda incluídas. Destacou o intenso trabalho desenvolvido no âmbito da elaboração do orçamento, do mapa de pessoal e da correspondência relativa ao estatuto do direito de oposição. Paralelamente, a Junta promoveu diversas iniciativas com o objetivo de reforçar o seu papel de proximidade junto das associações, da população e das instituições locais, com especial enfoque na promoção cultural da freguesia. Foram referidas iniciativas como galas, magustos, apoio às escolas e a prestação de serviços nas áreas da psicologia, enfermagem, mediação e ação social, conforme detalhado no respetivo documento. A ação social foi destacada como uma prioridade, representando uma parcela significativa do orçamento, mantendo-se as respetivas verbas, facto confirmado pelo contabilista Dr. Nelson. Foi ainda referido o compromisso contínuo da Junta em ouvir e apoiar a população. Destaca a oferta de cabazes às escolas no período natalício, da reserva de lembranças para distribuição na época dos Reis, e da realização de visitas a aniversários, eventos desportivos e atividades com idosos em diversas instituições, incluindo a participação em jantares de Natal. Informando também que está previsto para o dia seguinte um almoço com os idosos dos centros sociais da Junta de Freguesia. Por fim, foi reafirmada a intenção de reforçar a comunicação e a proximidade com a população, através das redes sociais, do site institucional e do contacto direto com os cidadãos. Informou que o executivo tem acompanhado atentamente todas as comunicações recebidas, mantendo total disponibilidade para dialogar com os cidadãos. Referiu a realização de várias reuniões com fregueses que o solicitaram e sublinhou a preocupação em assegurar o atendimento à população, apesar do período exigente. Deu nota do funcionamento do canal de incidentes, onde são recebidas reclamações, sugestões e queixas, existindo um vogal responsável por essa área,

ATAS

acrescentando que muitas situações já foram resolvidas. Esclareceu que este canal é complementar a outras formas de resolução e apelou à consulta do relatório apresentado, como reflexo do trabalho desenvolvido pela Junta de Freguesia. Referiu que o executivo tem dado continuidade ao trabalho anteriormente realizado, reconhecendo as elevadas expectativas da população e a responsabilidade partilhada entre o Executivo e a Assembleia de Freguesia. Por fim, apelou ao envolvimento dos membros da Assembleia nas iniciativas a implementar, destacando a criação de um banco de voluntários, cujo regulamento se encontra em fase final de apreciação, reiterando a abertura da Junta de Freguesia à participação de todos e a expectativa de um balanço positivo no final do próximo ano.

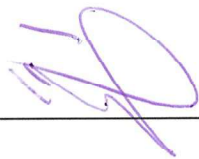
Por fim, e nada mais havendo a tratar, a Sra. Presidente da Mesa da Assembleia de Freguesia deu por encerrada a sessão, tendo sido lavrada a presente ata que, depois de lida e aprovada, vai ser assinada pelos membros da mesa da Assembleia de Freguesia da União das Freguesias de Lordelo do Ouro e Massarelos.

A Presidente da Mesa



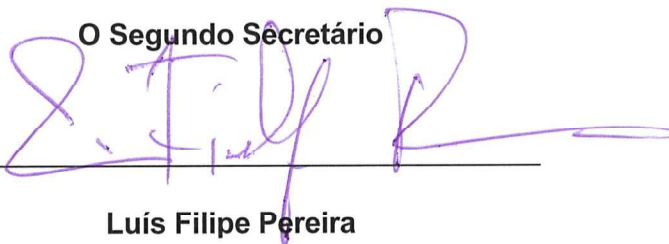
Sofia Soares Maia

O Primeiro Secretário



Francisco Tártaro

O Segundo Secretário



Luís Filipe Pereira